

15 JUN 1993

FAT-00 DE SÃO PAULO

Sarney: reforma exige nova estrutura partidária

Da sucursal de
BRASÍLIA

"A instalação do parlamentarismo num país pressupõe a existência de duas condições: um conjunto de partidos fortes e uma estrutura burocrática capaz de operar à margem das crises." A afirmação foi feita ontem pelo presidente nacional do PDS, senador José Sarney, ao comentar a questão do parlamentarismo, cuja implantação vem sendo defendida por setores governamentais.

A uma observação sobre a não existência dessas condições no Brasil, o que inviabilizaria a implantação do parlamentarismo, no momento, o senador José Sarney evitou cuidadosamente concordar com a afirmação: "Não examino o mérito da questão. O que posso dizer é que, no momento, esse assunto não está sendo apreciado em nível de decisão partidária".

Ele admitiu, porém, que o sistema tem funcionado com eficácia nos países que dispõem de partidos bem estruturados e fortes e onde o critério de seleção para o ingresso na administração é o mérito. Segundo José Sarney, a discussão em tese tem estado presente em todos os momentos do Congresso, sendo "salutar e merecendo o nosso apoio".

APENAS UM CASUÍSMO

O ministro do Interior, Mário Andreazza, condenou a opção do parlamentarismo como forma de governo, afirmando ser o presidencialismo o sistema mais adequado e mais vinculado à tradição brasileira. Foi a primeira vez que Andreazza falou à imprensa, de maneira aberta, sobre um tema político, um ano depois de ter seu nome cogitado para suceder o presidente da República.

Andreazza recebeu os jornalistas com textos preparados antecipadamente e nem esperou por uma pergunta para manifestar sua posição contrária ao parlamentarismo. No seu entender, "com presidencialismo e valorização da política, o Brasil poderá consolidar seu processo democrático com liberdade e justiça social".

Por sua vez, o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses

Guimarães, considerou "inconveniente, nas atuais circunstâncias", a implantação do parlamentarismo no País. Acrescentou que a principal característica do parlamentarismo é o Legislativo forte, soberano e detentor de suas prerrogativas — "o que não é o caso brasileiro". Disse, ainda, que no quadro político-institucional existente, "a proposta do parlamentarismo não passa de mais um casuísmo".

"Os parlamentares não são burros para votar o parlamentarismo agora, quando ainda faltam dois anos do governo Figueiredo e resta o mandato de seis anos do próximo presidente, a ser eleito pelo Congresso" — opinou ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marçílio (PDS-CE), para quem a tese da implantação do sistema parlamentarista, agora a curto prazo, "é um expediente para perturbar a condução do processo sucessório e reduzir as parcelas do poder duramente conquistadas pelo Legislativo".

Marçílio disse não ser contra o parlamentarismo em si, mas considera que a tese deve ser estudada oportunamente, e no âmbito de uma reforma ampla da Constituição, com o objetivo também de restituir as prerrogativas do Legislativo.

Já o deputado Vitor Faccione (PDS-RS) previu a implantação do sistema parlamentarista no Brasil já para o próximo período presidencial, informando que tem desenvolvido um intenso trabalho de proselitismo para a adoção do parlamentarismo.

"Não sei quantos ministros de Estado são favoráveis ao parlamentarismo. Sei que seguramente dois terços do Congresso o defendem. Alguns podem questionar sua oportunidade apenas" — disse o parlamentarista.

Outro pedessista, o deputado Oscar Alves, do Paraná, também defendeu a adoção do sistema parlamentarista do governo o País como o melhor caminho para revigorar o constitucionalismo e a interdependência dos poderes. "Nós queremos uma preeminência do Congresso, mas também precisamos livrar-nos da hipertrofia do Executivo. E só conseguiremos isso com o parlamentarismo" — justificou.